



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15809 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
ISSN: 2595-7945
GT 05 - Estado e Política Educacional

Alfabetização Jurídica: Uma Perspectiva da Educação Cidadã?
Giselle Torres Fiquene - UNESA - Universidade Estácio de Sá
Karine Vichiatt Morgan - UERJ - FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

ALFABETIZAÇÃO JURÍDICA: UMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO CIDADÃ?

A presente pesquisa, ainda em andamento, busca analisar iniciativas legislativas que propõem o ensino de noções de Direito na Educação Básica. Segundo Freire (2018), a educação para a cidadania deve ser capaz de promover a autonomia do sujeito levando-o à compreensão de seus direitos. Nesta perspectiva, considera-se que a alfabetização jurídica seja uma ferramenta potente para auxiliar a apropriação pelo cidadão dos instrumentos jurídicos para a garanti-los.

O trabalho utiliza como referencial teórico Delval (2001), que propõe uma educação democrática com a participação ativa dos envolvidos, valorizando a vivência dos educandos para a construção significativa do saber. Assim como Freire, aborda a leitura de mundo do aluno como ponto de partida para a contextualização de assuntos a serem tratados durante as aulas, de modo a promover uma educação que faça o sujeito entender o lugar que ocupa na sociedade, tirando-o da alienação promovida pelo sistema capitalista implementado por uma sociedade fechada marcada pelo colonialismo.

Para Freire (2007) alfabetizar vai além da codificação de fonemas, é um ato libertador que leva o educando à compreensão do sistema de produção, fazendo-o capaz de buscar por melhores condições de vida, por direitos, se reconhecendo como membro da sociedade e responsável pela luta constante para que se consiga a superação da relação oprimido-opressor.

Hobsbawm (2007) destaca que as desigualdades econômicas e sociais são exacerbadas por políticas de dominação, globalização e livre mercado. Essas desigualdades são perpetuadas pela expansão do sistema capitalista, imperialista e opressor, que busca o

controle hegemônico dos meios de produção e do capital. Ele examina as políticas das potências mundiais, a democratização, os movimentos nacionalistas, e o terrorismo, demonstrando como o mercado e o controle do capital afetam a vida dos indivíduos e a aplicação das políticas. Esses são os pressupostos teóricos que fundamentam as análises dos documentos reunidos.

Trata-se de análise documental, de caráter qualitativo e realizada por meio de estudo exploratório. A pesquisa tem como objeto de análise os Projetos de Leis (PL's) propostos após a promulgação da Constituição de 1988 até outubro de 2023 nas Casas Legislativas que versam sobre Ensino de noções de Direito na Educação Básica.

Através de pesquisas aos sítios eletrônicos das Casas Legislativas foi possível consultar os projetos e acompanhar a tramitação, o que possibilitou reunir os dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

No site da Câmara, foi possível encontrar 04 projetos. A mesma busca foi realizada no site do Senado, e foram encontradas 3 PLs que tratam de ensino de noções de Direito. Foram consultadas páginas virtuais das Assembleias Legislativas dos estados, nas quais foi possível encontrar 43 PLs, formando um Corpus de Análise de 50 documentos, cujas descrições estarão disponíveis na versão completa do artigo.

Os pontos de análise são compostos pela observação dos (1) partidos políticos envolvidos, (2) conteúdo dos projetos, (3) possíveis interesses dos sujeitos envolvidos. Fará parte da análise, também, a possível intenção do legislador, isto é, aspectos que motivaram a proposição dos PL's e as justificativas apresentadas para sua apresentação. Em um segundo momento da pesquisa serão analisadas a pertinência Pedagógica e as discussões em audiências públicas.

Os projetos analisados defendem que noções de Direito na Educação Básica promovem a formação cidadã e democrática. A análise mostra que os conteúdos refletem discussões históricas, desde garantias de direitos pós-ditadura até temas atuais como os direitos das mulheres e de crianças e adolescentes. Observando da década de 90 até a 1ª década dos anos 2000 destaca-se a discussão sobre assuntos decorrentes das garantias de direitos fundamentais retirados durante a ditadura civil-militar. Após a queda do regime, os PLs envolvem temáticas como Cidadania, Democracia, Direito do consumidor e revisitação da Moral e Cívica. A partir da década de 10 dos anos 2000 entram na agenda política a discussão direito das mulheres através da Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Maria da Penha) e de crianças e adolescentes, Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990 (ECA). As propostas mais recentes, seguindo a tendência das décadas anteriores, versam, principalmente, sobre o ensino de Noções de Direito voltado ao empreendedorismo, aliado ao ensino de robótica e educação financeira.

Importa destacar que os temas discutidos nos PLs são cumulativos, isto é entram em pauta em determinado período, mas perpassam por todo recorte temporal analisado.

Ainda que o ideário neoliberal tenha avançado no Brasil na década de 1990 Anderson (1995) o atrelamento das noções de direito presente nos PLs aos temas que lhes são caros encontraram espaço propício na educação no presente momento histórico. Importante salientar que tais temáticas também estão presentes em outras políticas para a educação brasileira, sobretudo no Novo Ensino Médio.

A pesquisa seguirá com a análise das justificativas apresentadas pelos parlamentares para a propositura dos PLs, assim como as discussões em audiências públicas com destaque para o viés pedagógico.

PALAVRAS-CHAVES: Alfabetização Jurídica- Educação Cidadã- Noções de Direito na Educação Básica

REFERÊNCIAS:

ANDERSON, P. *Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1995): 9-23.

DELVAL, J. *Aprender na Vida e Aprender na Escola*. Tradução de: Jussara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 2001. 118p

FREIRE, P. *Ação Cultural Para a Liberdade e Outros Escritos*. 12ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 65ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HOBSBAWM, E. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007